



RATIO -FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

PATRÍCIA CRUZ DA SILVA

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE: UM ESTUDO NO
PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EEIEF CEL.
PEDRO GUEDES ALCOFORADO EM ARACOIABA-CE.**

Fortaleza - CE

2017

PATRÍCIA CRUZ DA SILVA

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE: UM ESTUDO NO
PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EEIEF CEL. PEDRO
GUEDES ALCOFORADO EM ARACOIABA-CE.

Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) submetido à aprovação
do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade
Teológica Ratio, como requisito parcial para obtenção de título
de Bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Prof. Ms. (a) Diocleciana Paula da Silva

FORTALEZA – CE

2017

PATRÍCIA CRUZ DA SILVA

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE: UM ESTUDO NO
PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EEIEF CEL. PEDRO
GUEDES ALCOFORADO EM ARACOIABA-CE.

Monografia como pré-requisito para obtenção do título de Bacharelado em Serviço Social, outorgado pela Faculdade Teológica Ratio, tendo sido aprovada pela banca examinadora composta pelos (as) professores (as).

Data de aprovação: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Mestra Diocleciana Paula da Silva (Orientadora)

Ratio – Faculdade Teológica e Filosófica

Prof.^a Esp. Adryana Estácio Trummer

Ratio – Faculdade Teológica e Filosófica

Prof.^a Ms. Maria do Socorro Lima Martins Matos

Ratio – Faculdade Teológica e Filosófica

Dedico este trabalho a todos que de alguma forma e por alguma razão me transmitiram um pouco de conhecimento, sabedoria e estímulo, tornando minha vida mais interessante. Em especial a minha querida mãe, Maria, pela confiança e por sempre ter sido mãe e pai.

Amo-te!

Patrícia Cruz da Silva

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pelas oportunidades a mim oferecidas. Aos meus familiares e amigos que me ofereceram condições para realizar essa jornada, todo o apoio que foi transmitido a mim, direta ou indiretamente, nestes últimos anos.

Produzir esse trabalho proporcionou-me diversos tipos de sentimentos e emoções, houve empolgação, desânimo, choro, sorriso, tranquilidade e angústia, foram momentos nunca vividos em tão pouco tempo, de forma tão intensa, por mim. Quero agradecer as professoras do AEE Rejane e Tibúrcia que me passaram as devidas informações sobre a educação inclusiva na escola Pedro Guedes. Assim, concluo que sem algumas pessoas nessa fase tão especial não teria alcançado meu objetivo final.

Vale ressaltar a importância que cada um dos professores teve em minha vida e em minha formação. Em especial, quero agradecer a querida professora e orientadora, Diocleciana de Paula da Silva, pelo conhecimento passado para mim, pela paciência, bondade e atenção que nos dedicou, a professora Maria do Socorro Lima Martins Matos pela orientação e atenção, e a professora Adryana Estácio Trummer, por toda atenção e conhecimento passado, cada ensino será levado para o resto da vida. Jamais irei esquecê-los.

As minhas amigas e parceiras de trabalhos, Germana, Bruna e Rachel, por todo apoio, paciência, trabalho em equipe, em especial a minha amiga Dayane Freitas (in memoriam) esta conquista também é sua. E por tudo que vivemos em conjunto nos últimos cinco anos, por compartilharmos os momentos felizes e os tristes ao longo desses anos. Sentirei saudades!

Muito obrigada a todos vocês!

RESUMO

A educação inclusiva é um dos mais desafiadores problemas na educação brasileira, uma vez que existem fatores a serem revistos pela sociedade como um todo para a sua implantação, esta educação já é uma realidade na escola da rede pública de ensino, pois crianças com necessidades educacionais especiais frequentam a escola em sala de aula com ensino regular, o que trouxe um benefício para as crianças com autismo. O interesse por este tema partiu da grande demanda de crianças autistas existentes na referida escola, tendo em vista, a importância do tema e a necessidade de se conhecer como está sendo a inclusão de crianças autistas na escola Pedro Guedes. A pesquisa teve como objetivo geral compreender como está acontecendo o funcionamento do atendimento educacional especializado na escola Pedro Guedes e como objetivo específico observar o serviço do AEE desenvolvido na escola para as crianças autistas e identificar as dificuldades encontradas pelas crianças com autismo da mesma. Para embasamento teórico fez-se um estudo de vários autores dentre Mazzotta (1996), Facion (2005) e Selau (2008) entre outros. A pesquisa possui natureza qualitativa, e foram utilizadas as técnicas de entrevistas e observação. A análise de dados foi feita a partir de fontes primárias e secundárias, tendo como base os tipos de pesquisa bibliográfica e de campo. Concluímos que, apesar dos avanços já obtidos, ainda está distante do ideal a inclusão de crianças autistas nas escolas, pode-se compreender que a família tem uma grande importância dentro do processo de inclusão social de autistas a partir da infância.

Palavras-chave: Inclusão; Autismo; Educação.

ABSTRACT

Inclusive education is a most challenging problem in Brazilian education, since there are factors to be reviewed by society as a whole for its implementation, this education is already a reality in the public school system, because children with educational needs special attend school in the classroom with regular education, which brought a benefit to children with autism. The interest in this topic was based on the great demand for autistic children in this school, in view of the importance of the theme and the need to know how the inclusion of autistic children in the Pedro Guedes school. The objective of the research is to understand how the specialized educational service at the Pedro Guedes school is taking place, and specifically I triend observe the SES service developed at school for autistic children, and to identify the difficulties encountered by children with autism in the same. For theoretical background a study of several authors among Mazzotta (1996), Facion (2005) and Selau (2008) among others. The research has a qualitative nature, and the interviews and observation techniques were used. The data analysis was done from primary and secondary sources, based on the types of bibliographic and field research. Conclude that despite the advances already made, it is still far from ideal to include autistic children in schools, it can be understood that the family has a great importance in the process of social inclusion of autistic children from childhood.

Key-words: Inclusion; Autism; Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

AEE: Atendimento Educacional Especializado

CF: Constituição Federal

CENESP: Centro Nacional de Educação Especial

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

LDBEN: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC: Ministério da Educação e Cultura

PDDE: Projeto Dinheiro Direto na Escola

PNE: Plano Nacional de Educação

QI: Quociente Intelectual

SAC: Sociedade de Assistência aos Cegos

SESPE: Secretaria de Educação Especial

SEDUC: Secretaria de Educação do Ceará

SEM: Sala de Recursos Multifuncional

TEA: Transtorno do Espectro Autista

TGD: Transtorno Generalizado do Desenvolvimento

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA	16
2.1. Educação Especial para Crianças Especiais	16
2.2. Políticas Públicas de Educação Especial	26
3. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA.....	33
3.1. A história do autismo e seus conceitos.....	33
3.2. As maiores dificuldades enfrentadas por crianças com autismo.....	39
3.3. A importância da família no processo de inclusão de crianças com autismo na escola regular	41
4. O ATENDIMENTO DAS CRIANÇAS AUTISTAS NA EEIEF CEL. PEDRO GUEDES ALCOFORADO EM ARACOIABA	45
4.1. EEIEF Cel. Pedro Guedes Alcoforado: breve histórico, e o processo de inclusão	45
4.2. O Atendimento Educacional Especializado – AEE	48
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	54
ANEXOS	57

1 INTRODUÇÃO

No final do século XX, com a intensificação dos movimentos sociais de luta contra as formas de discriminação que impedem o exercício da cidadania das pessoas com deficiência, emerge, em nível mundial, a defesa de uma sociedade inclusiva.

No decorrer desse período histórico, fortalecem-se as críticas às práticas de categorização e segregação de estudantes encaminhados para ambientes especiais, de forma, que conduzem, ao questionamento dos homogeneizadores de ensino e de aprendizagem, geradores de exclusão nos espaços escolares. Em vista disso, na busca de enfrentar esse desafio e construir projetos capazes de superar os processos históricos de exclusão, a Conferencia Mundial de Educação para Todos, Jomtien/1990, chama atenção dos países para os altos índices de crianças, adolescentes e jovens sem escolarização, teve como objetivo promover as transformações nos sistemas de ensino para assegurar o acesso e a permanência de todos na escola.

Diante do contexto, a educação inclusiva é um dos mais desafiadores problemas na educação brasileira, assim, este trabalho versa sobre a educação para pessoas com deficiência na EEIEF Cel. Pedro Guedes Alcoforado em Aracoiaba.

Segundo Facion (2005), existem quatro fases da inclusão de pessoas com alguma deficiência, a primeira delas é a citada por Romero Souza (2012), que é a fase da exclusão; a segunda fase é a segregação, iniciada no século XX, com o surgimento de grandes instituições voltadas para o atendimento às pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NEE); a terceira fase é a da integração iniciada a partir do final da década de 1960 e início de 1970, a qual considera a aceitação da ideia de educação integrada, em que os alunos passam a ser integrados às salas regulares; desta maneira, a quarta fase é a da inclusão, quando efetivamente se inserem os alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular e através de processos educacionais, buscando o crescimento humano, desenvolvimento de suas habilidades e capacidades, usando sua autonomia. (FACION, 2005).

A inclusão da criança com deficiência no contexto escolar é um desafio a ser vencido pela escola e pela sociedade. Por se tratar de um fenômeno muito recente, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender o funcionamento do atendimento educacional especializado (AEE) na escola cel. Pedro Guedes em Aracoiaba, e como objetivo específico verificar quais são as políticas públicas para educação especial, identificar as dificuldades encontradas pelas

crianças com diagnóstico de autismo no processo de inclusão na sala de aula do ensino regular, e observar/analisar o serviço do AEE desenvolvido na escola cel. Pedro Guedes para crianças com autismo.

Nesse sentido, procuraremos entender a importância dos direitos a inclusão da pessoa com deficiência e os benefícios que a inclusão dessas crianças irá trazer para a sociedade. É o momento que a sociedade tem que se preparar para lidar com a diversidade humana, diante de tantas mudanças que hoje vimos eclodir na evolução da sociedade. Aos poucos nota-se o esforço pela inclusão social e escolar de pessoas com deficiência no Brasil, de acordo com Daniela Alonso em 2016, especialista em Educação Inclusiva, a mesma relata que isso é uma resposta para a situação que perpetuava a segregação dessas pessoas e cerceava o seu pleno desenvolvimento.

O interesse desta pesquisa surgiu a partir de uma grande demanda de crianças com deficiência existente na escola, das observações feitas para identificar o que está sendo feito no município de Aracoiaba, para que ocorra esta inclusão de crianças com deficiência na escola Pedro Guedes, e as inquietações que foram surgindo no decorrer do percurso acadêmico. Esta pesquisa tem fundamental importância para o aprendizado sobre a temática que é abordada, pois esclarece todos os mitos sobre a educação inclusiva para pessoas com necessidades especiais.

Através desse estudo, podemos entender o Atendimento Educacional Especializado - AEE e suas condicionalidades, de forma que, este poderá possibilitar e caracterizar a política pública e sua contextualização com a política educacional inclusiva, bem como identificar sua presença em alguns documentos relevantes, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.392/96, a Resolução CNE/CEB nº 2/2001 e Resolução CNE/CEB nº 4/2009 e a nível internacional a Declaração de Salamanca realizada em 7 e 10 de junho de 1994 em Salamanca na Espanha.

No entanto, se refere aos princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais, demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional. A sociedade necessita compreender que o mundo é cheio de diferenças e que somos seres únicos, todos temos limitações sendo dito normal ou não. Segundo, Montoan em sua visão sobre a inclusão, ele afirma que:

A inclusão é o um motivo para que a escola se modernize, os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico. (MANTOAN,1997, p. 120)

E neste sentido, pode-se perceber que o rumo da educação especial no Brasil, frente ao paradigma da educação inclusiva, inovou ao elaborar o Decreto nº6.571/2008, o atendimento educacional especializado – AEE. De forma que promove o desenvolvimento de habilidades extracurriculares nos ensinamentos regulares inclusivos, quando são devidamente interpretados e proporcionados às escolas comuns. Assim o AEE pode provocar a mudança que se espera no ensino comum, com o auxílio da sala de recursos multifuncionais pode de certa forma, atender as exigências de uma educação para todos.

A pesquisa através do quadro teórico vem mostrar discussões de autores, leis e decretos sobre a inclusão. De modo que, a revisão teórica procurará apresentar referenciais que embasem a problemática abordada e uma pesquisa exploratória que possa avaliar esta realidade de forma mais clara e objetiva. Neste estudo, abordam-se também as maiores dificuldades enfrentadas por crianças com o diagnóstico de autismo, como está acontecendo o processo de inclusão dessas crianças, através do serviço do AEE na escola cel. Pedro Guedes em Aracoiaba, a importância da família no processo de inclusão e aceitação dessas crianças com autismo na sala de aula regular.

Nesta pesquisa, fala-se sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), que é uma síndrome que atinge diversas crianças e adultos no Brasil e no mundo, é bastante complexa por trazer características diferenciadas em cada pessoa que é diagnosticada com o TEA. Desta maneira fica claro que o autismo é tão cheio de formas e características, que mesmo com todos os estudos que vêm sendo realizados sobre o mesmo, ainda assim, é difícil conseguir responder todas as dúvidas e questionamentos que existem sobre o autismo.

O transtorno do espectro autista é um distúrbio do desenvolvimento humano que vem sendo estudado pela ciência há quase seis décadas, mas sobre o qual ainda permanecem, dentro do próprio âmbito da ciência, divergências e grandes questões por serem respondidas (MELLO, 2005, p. 11)

Por meio deste estudo, podemos perceber que não se pode querer mudar totalmente a condição da pessoa com esse transtorno, pois a criança autista conseqüentemente será um adulto autista, o que pode ser feito é trabalhar as habilidades dessas crianças para que elas

possam viver da melhor forma possível, para que consigam estudar, trabalhar e levar uma vida considerada normal dentro das suas próprias restrições.

A pesquisa deste trabalho aproximou o entendimento da teorização legal e da prática através da observação do trabalho das professoras do AEE e dos demais profissionais executando a inclusão desses alunos na sala de aula regular.

A metodologia do presente estudo tem por abordagem uma pesquisa qualitativa, que tem por base a pesquisa bibliográfica, com análise de dados que nos permite uma maior reflexão acerca da problemática a ser estudada. Ainda uma pesquisa de revisão teórica que procura apresentar referenciais que embasem a problemática abordada e que avalie esta realidade de forma mais clara e objetiva. Desse modo, uma reflexão sobre a escola de Aracoiaba, em prol das famílias das crianças especiais, da conceituação e da fundamentação essencial perpassa a temática em questão.

Esta é uma pesquisa de caráter qualitativo, pois se preocupa com a compreensão do fenômeno, considerando o significado que os demais dão as suas práticas, ela busca descobrir e identificar resultados mais aprofundados através de averiguações dos pontos mais específicos.

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências, com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações de processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis [...]. (MINAYO, 1995)

Esta pesquisa de cunho qualitativo preocupa-se com os aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Portanto, esta pesquisa qualitativa trabalha com vários significados, inspirações e valores que possam corresponder um espaço mais profundo, podendo assim ter mais clareza na pesquisa.

Já a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente a partir do levantamento de referências teóricas que já foram analisadas e publicadas por meio de escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas da web sites. Desta maneira, existem pesquisas científicas que se baseiam unicamente

na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com objetivo de colher informações, ou conhecimento prévios sobre a problemática para a qual procura uma resposta.

[...] a pesquisa bibliográfica abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monográficas, teses, dissertações, internet etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filme e televisão. ‘a sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi dito, escrito ou filmado sobre determinado assunto[...]. (LAKATOS; MARCONI, 1996)

Desta forma, fica claro que qualquer pesquisa ou trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o devido tema abordado. Certifica-se que o tema foi estudado por outros pesquisadores e analisado dentro dos parâmetros científicos, sendo assim, este trabalho tem com fonte orientar as inúmeras dúvidas que envolvem o contexto referido.

Este trabalho vem mostrar através de discussões, leis e decretos que a Inclusão da Pessoa com Deficiência na Escola Regular é algo que pode acontecer, basta enxergá-los como seres humanos e cidadãos com direito a educação. Sabe-se que a educação é um dos pilares mais importantes para o desenvolvimento da personalidade. O local escolhido para executar esta pesquisa foi a Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Cel. Pedro Guedes Alcoforado, é uma instituição de ensino localizada na Avenida Tadeu Amaro Bezerra, N° 47, Centro, Aracoiaba – CE, projetada e estruturada para atender a demanda de matrícula dos anos iniciais, anos intermediários e anos finais do ensino fundamental, também a modalidade da educação inclusiva.

Deste modo, o estudo de campo foi realizado através da observação do atendimento das professoras do AEE, uma entrevista semiestruturada com as mesmas, sendo autorizada através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLME, levando em consideração as professoras participantes da pesquisa, garantindo o sigilo das informações e a identidade dos demais. Em vista disso, daremos nomes fictícios as professoras que foram entrevistadas como Professora A e Professora B para garantir o anonimato.

O trabalho está dividido em três capítulos, da seguinte forma, o primeiro capítulo aborda as políticas públicas de educação inclusiva, voltadas para a educação de crianças especiais nas escolas regulares. O segundo capítulo retrata o transtorno do espectro autista –

TEA, e as maiores dificuldades enfrentadas pelas crianças com diagnóstico de autismo na escola Pedro Guedes de Aracoiaba, e a importância da família no processo de aceitação e inclusão dessas crianças com autismo. Por último, o terceiro capítulo expõe sobre o atendimento das crianças com autismo na escola Pedro Guedes em Aracoiaba, e o Atendimento Educacional Especializado – AEE no processo da escola inclusiva, a escola Pedro Guedes será o ponto central da nossa pesquisa, pois a mesma, será muito importante para abrilhantar a pesquisa por meio da observação do atendimento educacional especializado das crianças na sala de recursos multifuncionais.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva é o processo de inclusão da Pessoa com Deficiência na rede regular de ensino. Assim, demonstramos os passos lentos, mais contínuos, da educação especial e inclusiva. Definir e caracterizar a educação inclusiva nos remete a conhecer conceitos, características e modalidades de atendimento às pessoas com deficiência. A inclusão de pessoas com deficiência é um desafio a ser vencido pela escola e pela sociedade, tendo em vista que objetiva a educação para todos. Sobre tudo, a educação inclusiva se dá por alguns aspectos como compartilhar o mesmo espaço físico, integração na sociedade, adaptações no ensino, participação de todos nas aulas e o direito a educação. (GOMES, 2013).

2.1 Educação Especial para Crianças Especiais

Diante de tal situação, podemos assim perceber a nítida ampliação das referências à educação especial na perspectiva inclusiva nos textos de políticas públicas desse gênero, sendo que nos remetem a um olhar para possível compreensão da implementação e do impacto no âmbito escolar. Desta maneira, ao se tratar da educação inclusiva o autor afirma que:

[...] esta visa apoiar as qualidades e necessidades de cada um e de todos os alunos da escola. Enfatizando a necessidade de se pensar na heterogeneidade do alunado como uma questão normal do grupo/classe e pôr em marcha um delineamento educativo que permita aos docentes utilizar os diferentes níveis instrumentais e atitudinais como recursos intrapessoais e impessoais que beneficiem todos os alunos. (SANCHEZ, p.12, 2005).

A questão da inclusão de pessoas com alguma deficiência tem sido uma tônica na sociedade. Deste modo, sabemos que a educação implica refletir sobre uma importância e necessidade iminente para vivermos com plenitude como pessoa e como cidadão envolvido na sociedade. Como bem ressalta Montoan (2007) em sua visão sobre a inclusão que:

A inclusão é um desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade de educação básica e superior, pois para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, afim de atender suas diferenças. (MONTTOAN, 2007)

A educação especial, desde o início, enfrentou muitos desafios porque a sociedade não aceitava que as pessoas com deficiência frequentassem a escola regular, junto com os alunos ditos normais, a partir de então a educação especial partiu de instituições privadas, para poder ser atendidas sem manter o contato com as outras pessoas ditas normais. A partir de então, faz-se necessário compreendermos que a educação especial durante anos passou por um processo de dificuldades em passos lentos, para poder assim entrar em vigor, pois, por mais que estivesse na lei que a educação especial é um direito de todos ainda assim ficou a desejar, mesmo partindo de uma iniciativa privada era muito difícil a aceitação por parte das pessoas em aceitar a conviver com o diferente em meio à sociedade.

Ademais, a educação especial só avançou um pequeno passo a partir da Constituição de 1988, de forma que os direitos a educação especial ganharam um incentivo a mais, está na constituição a garantia que a educação é um direito de todos. Todavia, não foi o suficiente para que a educação especial enfim começasse a ter um novo percurso e novos avanços, porém, só a partir da década de 1990 com a elaboração das políticas públicas de educação que passou de fato a se concretizar uma educação inclusiva, foram avanços mínimos que até os dias atuais ficam a desejar.

Consoante, a educação especial que era ofertada para as pessoas com deficiência era uma espécie de segregação dos alunos com deficiência, onde todos os alunos eram atendidos na mesma sala sem nenhum outro aluno que não tivesse algum tipo de deficiência, mesmo com as políticas públicas de educação em vigor. Desta forma, só a partir da última década com a nova política de educação inclusiva que tivemos consideráveis avanços, está previsto na lei que as pessoas com deficiência devem ser incluídas nas salas de aulas de ensino regular, em vista disso, os profissionais contam com o apoio de uma sala de recursos multifuncionais, com o intuito de incluir os alunos com deficiência na escola regular.

Do modo que, o paradigma educacional atual requer políticas educacionais que atendam aos anseios exigidos nas diversas áreas da educação, a implementação das políticas de educação inclusiva no âmbito educacional é relevante, pois contribui efetivamente com uma educação que fará a diferença. A sociedade necessita compreender que o mundo é cheio de diferenças e que somos seres únicos, todos temos limitações sendo dito normais ou não.

A diversidade de abordagens e questões que envolvem as políticas públicas se insere num contexto amplo e de complexidade. Assim, juntamente a estas reflexões estão presentes as políticas educacionais de educação especial na perspectiva inclusiva.

Até o início do século XXI, o sistema educacional brasileiro abrigava dois tipos de serviços: a escola regular e a escola especial, o aluno frequentava uma ou a outra. Nas duas últimas décadas, nosso sistema escolar modificou-se com a proposta inclusiva e um único tipo de escola foi adotado: a escola regular que acolhe todos os alunos, a escola apresenta meios e recursos adequados e oferece apoio aqueles que encontram barreiras para aprendizagem.

A Educação Inclusiva compreende a Educação Especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço e direito para todos, favorecendo a diversidade na medida em que considera que todos os alunos possam ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar.

A questão exclusão e inclusão são conceitos que se referem às questões de desigualdade de oportunidade que se oferece às pessoas da sociedade. Nas últimas décadas 1990 e 2000 os profissionais da Educação Especial têm se voltado para a busca de novas formas de educação escolar, com o intuito de incluir as crianças que de uma forma ou de outra são excluídos na sala de aula do ensino regular, com alternativas menos segregatórias de absorção desses educandos pelos sistemas de ensino.

Todavia, a escola para se tornar inclusiva, necessita que seus profissionais tenham uma formação voltada a interação entre todos os segmentos que a compõem, de acordo com Selau:

A Educação Inclusiva é o sinônimo de que todas as crianças, independentemente de quais forem às necessidades que possam apresentar, ou mesmo aquelas com altas habilidades, devem estar na mesma sala de aula do ensino regular, tendo acesso ao ensino formal. (SELAU, 2009).

Assim podemos entender com isso, que todos devem aprender juntos, em classe regulares de ensino, levando-se em consideração suas limitações, dificuldades e diferenças. Sendo o espaço onde todos os alunos participem, são aceitos e tem o apoio de todos os membros da comunidade escolar. A inclusão de alunos com necessidades especiais na escola regular é um caminho fundamental para se atingir a inclusão social.

É muito importante salientar que, antes de tudo a família e o próprio aluno com deficiência se aceite dentro de seus limites para que seja incluído não somente na escola, mas que também seja incluído na sociedade. Tendo em vista, a nova Política Educacional Inclusiva enquanto política pública tem sustentado novas propostas no campo da Educação Especial, no que diz respeito a formação dos profissionais para atuarem na área. Faz-se necessário, sabermos que educar uma criança com necessidades educativas especiais é uma experiência nova para o professor e também um desafio. Desta maneira, podemos compreender que o sucesso da aprendizagem está em explorar possibilidades, e limitações precisam ser reconhecidas, mas não devem restringir o processo de ensino.

Portanto, é muito importante conhecer e contextualizar a Educação Inclusiva desde os seus primórdios até os dias atuais, pois possibilita mostrar assim, a segregação das pessoas com deficiência, em vários períodos da história da educação inclusiva no Brasil. Evidenciar também, como se deu o processo exclusão destes sujeitos até os dias de hoje.

Segundo Mazzotta (1996), o marco histórico da Educação Especial no Brasil foi no final do século XIX, com a criação do Imperial Instituto Meninos Cegos, no ano de 1854, dirigida por Benjamim Constant e o Instituto de Surdos-Mudos, em 1857 dirigido por Edouard Huet. Para o autor, a evolução da educação especial no Brasil é destacado por dois períodos: o primeiro de 1854 à 1956 com iniciativas oficiais e particulares; e o segundo de 1957 à 1993 onde são feitas iniciativas oficiais de âmbito nacional, numa análise da proposta ofertada até os dias atuais, faz-se necessário acrescentar um terceiro período de 1990 à 2006 período este que dá continuação ao segundo período onde é constituída a Política de Inclusão. Períodos este que são marcados pela natureza e abrangência das ações desencadeadas para a educação das pessoas com deficiência.

Em ambos os institutos, algum tempo depois da inauguração foram instaladas oficinas para a aprendizagem de ofícios. Oficinas de tipografia e encadernação para os meninos cegos e de tricô para as meninas; oficinas de sapataria, encadernação, pautação e douração para os meninos surdos, [...] Poderia trata-se de assistência médica a crianças deficientes mentais e não propriamente atendimento educacional, ou, ainda, atendimento médico-pedagógico. (MAZZOTTA, 2003, p. 29. 30)

Portanto, as iniciativas oficiais e privadas foram muito importantes para a educação especial da pessoa com necessidades especiais. Faz-se necessário, compreender que a educação especial no Brasil desde o século XIX vem dando passos lentos e rasteiros, destaca-se um breve histórico da educação especial no Brasil, que aos poucos vem lutando pelos

direitos das pessoas com deficiência. No início do século XX foi fundado o Instituto Pestalozzi (1926), uma instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; desde então, só em 1945 foi criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff; só em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- (APAE).

Em 1961 o atendimento educacional passa ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito das pessoas com deficiência preferencialmente no sistema geral de ensino da educação.

O MEC em 1973 cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) no Brasil, que impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, mas ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado. Em 21 de dezembro de 1986, o CENESP foi substituído pela Secretaria de Educação Especial (SESPE) por meio de Decreto nº 93.613, passando a integrar a estrutura básica do Ministério da Educação e Cultura, (FONTES, 2003).

Podemos perceber que até a década de 1950, no Brasil, não se falava em educação especial, somente a partir da década de 1970, que a educação especial sofreu uma ampliação com a implementação de um sistema educacional, assim foi que aumentou consideravelmente a quantidade de instituições de ensino público e privado para atender crianças com necessidades especiais. Também foram criados órgãos normativos federais e estaduais voltados a questão da educação especial.

Neste período também foram criadas as classes especiais, os testes do quociente intelectual (QI). Só a partir dos anos de 1980 cria-se a integração educativa como opção, em que se defendia que crianças e jovens com dificuldades especiais, deveriam ter o ensino na medida do possível, no âmbito da escola regular (CARDOSO, 2004).

Todavia, com a Constituição Federal de 1988 ficou assegurado o direito de todos, indistintamente à educação, pois assim registra em seu Artigo 208, que estabelece a integração escolar como constitucional, assim estabelece o atendimento aos indivíduos que apresentam deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988). Assim podemos perceber no artigo 205 da Constituição Federal que afirma:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Só então, a partir de 1988, com a Constituição Federal Brasileira é que a Educação Especial ganha real espaço, além de representar um avanço para inclusão desse público com deficiência na sociedade, garantindo seu acesso nas políticas sociais e serviços públicos.

A partir da década de 1990 caracterizou-se, no plano da política educacional brasileira, por expressivo enfoque na ampliação do acesso à escolaridade básica, estendida a todos os alunos. Sendo assim, a educação especial, esta tendência se refletiu na defesa pela escolarização das pessoas consideradas com deficiência no ambiente de ensino comum ou regular. A partir de tais proposições, busca-se analisar alguns fatores que tem se constituído em limites, não somente à efetivação do direito dos alunos com deficiência à educação no ensino regular, como também ao seu acesso à educação com qualidade.

Faz-se entender, que embora tenha tido poucos avanços, foram avanços significativos. E são através dessas mobilizações que passam a influenciar a formulação de políticas públicas para a Educação Inclusiva. Desta forma, são vários os dispositivos frente ao processo de acesso e cumprimento de direitos humanos, vejamos o Estatuto da Criança e do Adolescente – (ECA) que determina “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, promulgada em 13 de julho de 1990, dispõe, em seu artigo 3º, que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo de proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes por lei, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (ECA, 1990)

Desta maneira, no que se refere à educação, o ECA estabelece em seu artigo 53, que “a criança e o adolescente têm o direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”, assegurando igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, direito de ser respeitado por seus educadores e acesso à escola pública e gratuita. Também nesta mesma década de 90, documentos a Declaração de Mundial de Educação para Todos (1990) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva

Em 1994, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial, uma conquista significativa quanto à criação da Política de Educação Especial, mas de modo que ainda

mantendo o acesso dos alunos com deficiência no âmbito protegido e excluído do meio social com os alunos ditos normais. A construção de uma Educação Inclusiva surgiu a partir da Declaração de Salamanca (1994), com o propósito de que tais alunos fossem inseridos em salas regulares, em vista de que o ponto de vista educacional o desenvolvimento conjunto dos alunos com deficiência é mais proveitoso quando existe um contato com os alunos ditos normais.

Cada criança tem características, interesses, capacidades de aprendizagem que lhe são próprias; os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenha em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades; as pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns, que deveram integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

Desta maneira, pode-se compreender que a devida Declaração assegurou o direito das pessoas com necessidades educacionais especiais em termos de mudanças de paradigmas nas escolas, trazendo um olhar diferenciado a realidade e ao sujeito inserido na escola. Porém, só a partir da Lei de Diretrizes e Bases n° 9.394/96 é que vem ajustar-se a Legislação Federal e aponta que a educação especial deve dar-se preferencialmente na rede regular de ensino.

Todavia, pensando na evolução do movimento da educação especial percebe-se que ainda é recente e pouco avançou, porém a LDB de 1996 traz a concepção mais próxima do desenvolvimento da proposta de inclusão e a transformação do sistema de educacional em 13 (treze) responsabilidades aos alunos com deficiência buscando um ensino de qualidade para os mesmos.

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa dos direitos de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Desta forma, faz-se necessário compreender que a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (CAVALCANTE, 2013)

No entanto, a exclusão segue uma ideologia de superioridade, fazendo com que pessoas, ou grupos não estejam inseridos em determinados contextos fixando pensamentos de

uma cidadania negativa, tornando a cidadania limitada. De forma que o sistema não foi capaz de atender à exigência de integração dos alunos, em vista disso, novamente separando-os da sociedade em instituições ou classes especiais.

No entanto, só em 2008 com o decreto 6.571/08 que é consolidada a atualização da Política Nacional de Educação Especial para a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva. O rumo da educação especial no Brasil frente ao paradigma da educação inclusiva inovou ao elaborar o Decreto nº6.571/2008, o atendimento educacional especializado – AEE, que promove o desenvolvimento de habilidades extracurriculares nos ensinos regulares inclusivos, quando são devidamente interpretados e proporcionados às escolas comuns. O AEE pode provocar a mudança que se espera no ensino comum, com o auxílio da sala de recursos multifuncionais pode, de certa forma, atender as exigências de uma educação para todos.

A Secretaria de Educação Especial (SEESP), do MEC, elaborou programas que visam contribuir com o devido contexto, entre eles está o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade tendo como objetivo disseminar a política de educação inclusiva nos municípios brasileiros, “Programa, iniciado em 2004, tendo como meta compartilhar novos conceitos, informações e metodologias no âmbito da gestão e também da relação pedagógica em todos os estados brasileiros” (Brasil, 2004).

A educação especial viveu profundas transformações durante o século XX. Todavia, impulsionada pelos movimentos sociais que reivindicavam mais igualdade entre todos os cidadãos e a luta pela superação da discriminação, incorporou-se aos poucos ao sistema educacional regular e buscou fórmulas que facilitassem a integração dos alunos com alguma deficiência.

Para melhor entender, faz-se necessário entender um pouco da história da educação especial no Ceará, uma expressão reduzida a questão em nível nacional, onde suas primeiras experiências no atendimento às pessoas com deficiência eram manifestações isoladas, e de caráter assistencial, do modo que caracterizava uma espécie de segregação. Não muito diferente da trajetória da educação inclusiva no Brasil, no Ceará também os avanços foram ao longo das décadas, avanços mínimos, bem lentos.

A primeira instituição para atender, combater, tratar e prevenir os problemas oftalmológicos do tracoma (doença endêmica), foi na década de 1940, no Ceará foi a

Sociedade de Assistência aos Cegos – SAC, uma instituição privada sem fins lucrativos, agregada a esta iniciativa é criado o Instituto de Educação de Cegos em 1942, com o intuito de educar os deficientes visuais. Em março de 1956 é fundada a Associação Pestalozzi do Ceará para a educação das pessoas com deficiência mental, inspirada no trabalho do pedagogo suíço João Henrique Pestalozzi.

Destacamos na década de 1970, o acesso da população economicamente menos favorecida às redes públicas de ensino no Brasil se afirmar numa estrutura econômica, social e política, contudo ressalta o liberalismo e a difusão da ordem capitalista. Diante desse fato, há o explícito conflito da escola pública versus escola privada. A educação especial é marcada nesse período pela retomada e ampliação da rede privada. Contudo a ascensão ocorreu devido a sua organização, em nível nacional e a relação ambígua estabelecida na organização social brasileira.

Porém, sob esse mesmo enfoque ocorrem discussões sobre a nossa “segunda” Lei de Diretrizes e Bases, a Lei N° 5.692/71, denominada Lei da Reforma do Ensino de 1° e 2° graus, que trazem disposições sobre as ações para a Educação Especial, pois esta lei institucionaliza a educação especial a partir das classes especiais em escolas regulares. Só em 1993 que o então Presidente Médici, criou pelo Decreto N° 72.425, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) institucionalizando a educação especial em termos de planejamento de políticas públicas.

Mas, diante de tal realidade, o acesso à escola começava a ser pensado de forma lenta e com uma forte tendência de privatização. Contudo, no Ceará e em Aracoiaba não foi muito diferente dos avanços a nível nacional, demorou um pouco mais para poder de fato ter avanços significativos na luta pela educação especial, porque nesta década os alunos com necessidades especiais não frequentava as escolas, pois só haviam escolas especiais particulares.

Faz-se necessário compreender que só em 1990, surgiu uma nova tentativa através do Programa de Municipalização do Ensino Público que tem por base a indicação da Constituição Federal de 1988 em seus artigos 211 e 212. Desta forma seguindo o percurso, em 1995 ano em que a municipalização retorna a pauta de governo, sendo que pouco tinha sido feito para o ensino fundamental (HAGUETTE; VIDAL, 1998). Portanto, a discussão sobre a educação especial, ganha um reforço financeiro, ou seja, o contexto de municipalização do ensino torna-se também resultados das ações do FUNDEF (1996-2006) e

do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), programas federais que financiam a educação através de uma relação direta com os municípios.

De tal forma, o documento da Política Estadual de Educação Especial da Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará não explicita o conceito de Educação Especial, em vista disso, vale destacar que através da Educação Inclusiva será propiciado o atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais segundo suas potencialidades e necessidades. Do modo que, em 2005 a Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC) promoveu um Seminário Política Estadual de Educação Especial: novos rumos e desafios para analisar a política estadual para a Educação Especial. Assim podemos perceber que a educação inclusiva no Brasil e no Ceará vem tendo alguns avanços, mas em passos lentos, percebemos ainda que há muitas dificuldades de ser inseridas as políticas de educação inclusiva por parte dos órgãos competentes.

A partir de então, podemos perceber que a Lei das Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 e a Constituição Federal de 1988 deram um ênfase no acesso à educação e ao atendimento educacional especializado para todos, porém, mas que na realidade e com os esclarecimentos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008.

Assim, faz-se necessário compreender que a partir dessas propostas, enfim começa a implantação da proposta prevista na Declaração de Salamanca que coloca a aceitação de todas as pessoas com deficiência na escola, sendo que nossa Constituição prevê e prioriza. Desta forma, a LDB também assegura o direito de estar e aprender, com a acessibilidade física e social ao ensino. Percebemos no período da evolução do movimento da educação especial é notório que ainda é muito recente e pouco avançou, porém percebe-se que a LDB de 1996 traz a concepção mais próxima do desenvolvimento da proposta de inclusão e sua transformação do sistema educacional em responsabilidades aos alunos com necessidades buscando um ensino de qualidade e satisfatório para estes alunos.

Na verdade, as Políticas Públicas de Educação Inclusiva sempre existiram, só que de fato nunca foram aplicadas como se deviam, sempre houve a educação inclusiva, mas porém, pegavam as crianças com algum tipo de necessidades e a colocavam em escolas especiais, numa espécie de segregação.

2.2 Políticas Públicas de Educação Especial

A partir de meados do século XX, com a intensificação dos movimentos sociais de luta contra todas as formas de discriminação que impedem o exercício da cidadania das pessoas com deficiência, emerge, em nível mundial, a defesa de uma sociedade inclusiva.

Inicialmente cabe ressaltar que não é suficiente a constituição de uma política pública educacional bem definida ou bem elaborada, porém, o importante e imprescindível é trabalhar para que a política aconteça, contemplando de forma efetiva o processo de desenvolvimento e aprendizagem do principal sujeito da esfera educacional: o aluno.

Desta forma, podemos perceber que um projeto de ensino de qualidade para a educação inclusiva são dados a passos lentos, a partir desta reflexão, vamos pensar na estruturação das mudanças na proposta de educação escolar com viés na inclusão. Pois sabe-se que o processo de inclusão é recente, ocorrendo a partir de interpretações da Constituição de 1988, portanto, pouco mais de 26 (vinte e seis) anos. Assim podemos, ver que nesta Lei coloca-se a educação como um direito para todos.

Todavia, as pessoas tem seus direitos garantidos na Constituição Federal e nas Constituições Estaduais em Leis Orgânicas Municipais ou Distritais (DF). Sendo que, a Lei Federal Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, estabelece os direitos básicos das pessoas com deficiência. O artigo 23, inciso II, da Constituição Federal de 1988, consigna que é competência administrativa comum a União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da proteção e garantia dos direitos das pessoas com deficiência (BRASIL, 1988).

A década de 1990 caracterizou-se no plano da política educacional brasileira por expressivo enfoque na ampliação do acesso à escolaridade básica, estendida a todos os alunos. No que tange à educação especial, esta tendência se refletiu na defesa pela escolarização das pessoas consideradas com deficiência no ambiente de ensino comum ou regular. Porém, somente mais tarde na Assembleia geral das nações unidas, foi apresentado no ano de 1994 em Salamanca, o processo de prática política da educação especial. De modo que, o Brasil garantiu participação introduzindo a Política Nacional de Educação Especial, que traz o direito à educação numa busca de estar inserido e não incluído no currículo escolar, sendo mais um acolhimento ao diferente sem muita responsabilidade (política de integração).

A Política de Educação Especial de 1994, com suas diretrizes e palavras orientadoras, demonstram as singularidades desse momento histórico, passíveis de modificações futuras para acompanhar as novas produções de conhecimento na área da Educação Especial e do novo contexto social da luta das pessoas com deficiência. Desta maneira, a educação brasileira tem diante de si o desafio de possibilitar o acesso e a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola, na perspectiva inclusiva. Assim sendo, compreender quais são as políticas públicas de educação inclusiva em documentos legais, em visto que, é fundamental para identificar os avanços e recuos presentes no sistema educativo. Observaremos a seguir Leis e Decretos que regulamentam as Políticas Públicas da Educação Especial e suas interfaces com a Educação Profissional.

Assim, considerando este contexto e analisando-se parte dos determinantes circunscritos à meta de ampliação do acesso ao nível de escolaridade básica, deflagrada a partir dos anos de 1990, de modo que, percebemos que é resultado de um processo que preconizou uma ampla reforma educacional. Podemos assim, dizer que esta tendência objetivou, fundamentalmente a implementação de estratégias tendo-se como referência a inserção dos países considerados em desenvolvimento nos padrões mercadológicos e competitivos propostos pela circunstâncias da mundialização. (CASTILHO, 2009)

Desta maneira, o principal alicerce para as definições da política educacional da década de 1990, em amplitude internacional e nacional, foi a Declaração Mundial de Educação para Todos, onde todos os países signatários assumiram o compromisso com a universalização da educação básica, extensiva a toda população. Sendo que, o referido documento contemplou a destinação de tais medidas a todos os grupos considerados, entre esses os grupos das pessoas com deficiência.

[...] as necessidades básicas das pessoas com deficiência requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência como parte integrante do sistema educativo. (UNESCO, 1990, p.5)

No ano de 1994, foi realizada a “Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais”, na qual resultou a Declaração de Salamanca, do modo que, reafirmou a necessidade dos países assegurarem como parte de suas metas a frequência do aluno com necessidades especiais no sistema de ensino regular. Esta Declaração assegurou o

direito das pessoas com necessidades educacionais especiais em termos de mudanças de paradigmas na escola, trazendo um olhar diferenciado a realidade e ao sujeito inserido na escola.

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajosos ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta Estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

Nesta concepção começa a implantação da proposta elencada na Declaração de Salamanca que coloca a aceitação de todos na escola, que nossa constituição prevê e prioriza. A Lei das Diretrizes e Bases também assegura o direito de estar, aprender e a acessibilidade física e social ao ensino.

No entanto, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1996 estabelece o marco da educação inclusiva no Brasil, onde em seu artigo 3º, inciso I do Título II, expressa o princípio da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e em seu artigo 4º, inciso III do Título III, o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Do modo que, passados pouco mais de uma década da promulgação dessa lei maior da educação, faz-se necessário um olhar avaliativo – principalmente em termos de políticas públicas, a respeito de como está sendo implementada a educação inclusiva, pois essa ainda constitui-se em algo novo para a educação brasileira.

Na legislação nacional encontra-se, além da Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº8.069 de 1990, no seu artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis tem obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino.” Como também, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, o Decreto 3.298 de 1999 que dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, a qual estabelece em seu artigo 1º que

esse documento “compreende o conjunto de orientações normativas que objetiva assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência”.

No Brasil, a regulamentação mais recente que norteia a organização do sistema educacional é o Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020). Esse documento, entre outras metas e propostas inclusivas, estabelece a nova função da Educação Especial como modalidade de ensino que perpassa todos os segmentos da escolarização (da educação infantil ao ensino superior).

Nesse cenário, a educação inclusiva torna-se pauta constante nos debates educacionais brasileiros, impulsionando novas formulações que reorientam o apoio técnico e financeiro, no sentido de prover as condições para inclusão escolar dos estudantes público alvo da educação especial nas redes públicas de ensino. Desta maneira, visando instituir uma política pública de financiamento da educação inclusiva, é publicado o Decreto nº 6.571/2008, que dispõe sobre o apoio da União aos sistemas de ensino para ampliar a oferta do atendimento educacional especializado – AEE, que, a estudante com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e estabelece o seu financiamento no âmbito do FUNDEB. Conforme o Decreto nº 6.571/2008:

O atendimento educacional especializado – AEE é o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. (BRASIL, 2008)

O atendimento educacional especializado deve ser oferecido preferencialmente na mesma escola em que o aluno frequenta o ensino regular, no contra turno para não dificultar ou impossibilitar à frequência a sala de aula comum. O AEE deve constar no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola de ensino regular. O projeto político pedagógico deverá refletir a pluralidade de ações que envolvem o ato educativo em que todos são capazes de aprender, embora com ritmos e estilos de aprendizagem diferentes.

Desta maneira, o atendimento educacional especializado foi inserido na escola Pedro Guedes, há pouco mais de 2 (dois) anos, só a partir de 2015 que as crianças com deficiências vêm sendo atendidas na sala de recurso multifuncional pela equipe multidisciplinar, a equipe iniciou o atendimento e é formada por uma Fonoaudióloga atendendo duas vezes por semana, um Psicólogo fazendo o atendimento individual, um Terapeuta Ocupacional atendendo uma

vez por semana, as professoras especialistas responsáveis pelo AEE, sendo que tem uma formação inicial que o habilita para o exercício de sua docência e a formação específica na educação especial, com o curso de formação práticas do AEE, conta também com a professora de Libras que auxilia nos atendimentos, todavia, vale salientar que a equipe multidisciplinar está defasada, a escola Pedro Guedes só dispõe de uma fonoaudióloga no momento e dos serviços das professoras do AEE, a fonoaudióloga que também não está dando conta da demanda, pois público só faz aumentar.

De conformidade com o artigo 5º dessa resolução:

O Atendimento Educacional Especializado é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em Centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal e Municípios (BRASIL, 2009).

A oferta deste atendimento deve ser institucionalizada, prevendo na sua organização a implantação da sala de recursos multifuncionais, a elaboração do plano do AEE, professores para o exercício da docência no AEE, demais profissionais como tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e aqueles que atuam em atividades de apoio.

Cabe ressaltar, que o Decreto nº 6.571 de 2008 formaliza o apoio do FUNDEB, e o Decreto nº 7.611 de 2011 veio para complementar os benefícios do AEE, sendo que estes dois documentos que tem a diferença de três anos trazem as mudanças fundamentais referentes ao AEE. O Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, especifica mais o atendimento educacional especializado e das outras providências. De forma a concretizar um novo momento na efetivação da inclusão e do AEE, surge em 2011 a Nova Técnica Nº002 que no documento autoriza os estudantes da educação especial em ser e estar atuante na escola dispondo de seus direitos, oferecendo seu pleno acesso à educação em igualdade de condições.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada pelo MEC em 2008, instaura um novo marco teórico e organizacional na educação brasileira, definindo a educação especial como modalidade não substitutiva à escolarização; o conceito de atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à formação

dos estudantes, e o público alvo da educação especial constituído pelos estudantes com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades/superlotação. Assim, de acordo com as diretrizes da nova política:

A educação especial é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços, realiza o atendimento educacional especializado e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (Revista Inclusão, p.5, 2008).

Sendo assim, nesse cenário a educação inclusiva torna-se pauta constante nos debates educacionais brasileiros, impulsionando novas formulações que reorientam o apoio técnico e financeiro, no sentido de promover condições para a inclusão escolar dos estudantes público alvo da educação especial nas redes públicas de ensino. Assim, o conceito de acessibilidade é incorporado como forma de promoção da igualdade de condições entre todos.

A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista é criada pela Lei nº 12.764/2012, além de consolidar um conjunto de direitos, em seu artigo 7º, veda a recusa de matrícula à pessoas com qualquer tipo de deficiência e estabelece punição para o gestor escolar ou autoridade competente que pratique esse ato discriminatório.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2005).

As pessoas com transtorno mentais são, ou podem ser, particularmente vulneráveis a abuso e violação de direitos. A legislação que protege cidadãos vulneráveis (entre os quais pessoas com transtornos mentais) reflete uma sociedade que respeita e cuida de seu povo. A legislação progressista pode ser uma ferramenta eficaz para promover o acesso à atenção à saúde mental, além de promover e proteger os direitos de pessoas com transtornos mentais.

Portanto, as pessoas com Transtorno do Espectro Autista, têm os mesmos direitos previstos na Constituição Federal de 1988, além de outros tantos advindos de legislações e normatizações específicas, que visam a garantir a atenção integral.

De acordo com as observações feitas e diante dos relatos das professoras do AEE, assim pode ser compreendido melhor um pouco desse universo da educação inclusiva no município de Aracoiaba, mas especificamente na escola Pedro Guedes Alcoforado, a realidade social das políticas no município é bem escassa, não existe uma política pública para educação inclusiva específica do município.

De modo que, o município aderiu as políticas públicas nacionais, sendo que o Brasil vem numa constante luta, desde a Constituição Federal um longo processo para que a educação inclusiva seja inserida realmente como está na lei, ainda assim foram avanços mínimos, em vista disso, o município não faz diferença a nível nacional, percebemos que os avanços são pouco expressivos, aparentemente a escola está no longo processo de inclusão, a educação inclusiva é um assunto muito novo para o público alvo da escola Pedro Guedes.

3. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA

3.1 A história do autismo e seus conceitos

O Transtorno do Espectro Autista, ou simplesmente Autismo. Falar sobre o Autismo é um assunto complexo, pois necessita de uma análise particular em cada criança diagnosticada com esta síndrome, logo que, é algo que traz consigo muitas questões envolvidas. Pois, há aspectos básicos para que possamos compreender de forma clara o devido conceito.

Todo autista é único! Como pessoas únicas, devem ser conduzidos por caminhos que o façam transcender. Por isso, ensine-o de diversas maneiras, pois ele conseguirá aprender (ISCHKANIAN, 2014).

Nesse cenário, faz-se entender que apesar de todas as pesquisas e investigações clínicas realizadas em diferentes áreas e abordagens de trabalho, ainda não podemos afirmar que o autismo é um transtorno claramente definido. Os estudos sobre o autismo ainda não chegaram a uma conclusão sobre sua principal causa.

Deste modo, através desse estudo investigaremos mais a fundo qual a origem do autismo, a palavra ‘autismo’ deriva do grego autos, que significa “voltar para si mesmo”. A primeira pessoa a utiliza-lo foi o psiquiatra austríaco Eugen Bleuler para se referir a um dos critérios adotados em sua época para a realização de um diagnóstico de Esquizofrenia. No entanto, na tentativa de conceituar o autismo deixou na história “uma grande controvérsia com relação à distinção entre autismo, psicose e esquizofrenia” (BOSA, 2002).

A palavra autismo foi utilizada primeiramente pelo pesquisador Bleuler em 1911, de forma a significar a perda de contato com a realidade, o devido termo refere-se as crianças pesquisadas, que viviam num mundo próprio, dentro de si mesmas.

A definição do Autismo teve início na primeira descrição dada por Leo Kanner, só em 1943, numa publicação no artigo, o americano estudou com mais atenção 11 crianças com diagnóstico de esquizofrenia, observou neles, o autismo como característica mais marcante, neste momento deu-se a origem a expressão “Distúrbio Autístico do Contato Afetivo” para se referir a estas crianças.

Assim, Kanner (1943) ressalta as diversas características observadas em seu grupo de estudo, como “o isolamento autístico”, o psicólogo percebeu que o devido isolamento estava

presente na criança desde o início da vida sugerindo que se tratava então de um distúrbio inato. Kanner observou outra característica fundamental com o atraso na aquisição da fala (não em todas as crianças), como também as respostas incômodas ao ambiente, que incluíam maneirismo motores estereotipados, resistência como à mudança ou insistência na monotonia, assim como aspectos não-usuais das habilidades de comunicação da criança. Mas para Kanner uma das características principais para o autismo era a insistência obsessiva na manutenção da rotina.

Desta maneira, faz-se necessário compreender que o autismo, em 1943, caracterizado por Leo Kanner tornou-se um dos desvios mais comportamentais mais estudados, debatidos e disputados, assim teve o mérito de identificar a diferença do comportamento esquizofrênico e do autismo.

Até hoje, sua descrição clínica é utilizada da mesma forma que foi chamado no início dos estudos de Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo - Síndrome Única. No entanto, no mesmo ano de 1943, Asperger propôs um estudo com definições similares à de Kanner, onde propunha uma abordagem autística.

Em vista que, as pesquisa se aprofundou em busca de uma resposta sobre a síndrome do autismo, surgiram muitos conceitos. Assim, a partir dos anos de 1950 e 1960, o psicólogo Bruno Bettelheim afirmou que a causa do autismo seria a indiferença da mãe, que logo foi denominada de “mãe geladeira”. De acordo com Belisário Júnior (2010):

[...] a formulação dessa hipótese se baseava apenas na descrição de casos e não havia comprovação empírica. Posteriormente, essa correlação se mostrou falsa, pois estudos mostraram que não havia diferença significativa entre os laços afetivos de pais de crianças autistas e de outras crianças. Além disso, novos estudos evidenciavam a presença de distúrbios neurobiológicos.

Portanto, essas hipóteses sobre a causa do autismo trouxeram um impacto na relação dos pais com seus filhos, e de uma certa forma na configuração das escolas para o atendimento às pessoas com autismo.

Assim, temos uma certeza que por mais que seja estudado o autismo há alguns anos, ainda existem questões abertas, isso se dá porque o autismo é um transtorno muito complexo, que traz consigo muitas formas de se desenvolver, sendo essas físicas, emocionais ou nas ações reproduzidas no decorrer da vida, e por isso requer um estudo minucioso.

Nesse cenário, Hans Asperger aprofundou seus estudos sobre o autismo também através uma observação de um devido grupo de crianças, Asperger em sua observação identificou outras características que Kanner não observou. Desta forma, ele nos revelou: o não fixar dos olhos em situação social, fez ressalvas sobre olhar periférico e breve dessas crianças, a presença de estereotípias – gestos carentes de significado, aproximação ingênua e inapropriada das pessoas, ele percebeu também a falta de percepção dos pais em notar essas características antes dos três anos de vida da criança (ASPERGER, 1994 apud BAPTISTA E BOSA, 2012).

O autismo é tão cheio de formas e características, que mesmo com todos os estudos que vêm sendo feitos sobre o mesmo ainda assim é difícil conseguir responder todas as dúvidas e questionamentos. Assim, Assumpção e Pimentel (2000) afirmam que as causas do autismo são desconhecidas, porém várias doenças neurológicas e/ou genéticas foram apresentadas como sintomas do autismo.

Desde 1983, a nossa atenção foi direcionada para algumas crianças diagnosticadas com a síndrome do autismo, cujas condições diferem de forma marcante e tão específica de qualquer coisa registrada até agora. Em 1994, o autismo foi considerado como espectro denominado Transtornos do Espectro Autista – TEA, em outras vezes também chamados de Transtornos Generalizados do Desenvolvimento – TGD.

Diante das circunstâncias apresentadas, faz-se necessário entender que o autismo pode ser definido como um tipo de comportamento que requer uma atenção especial. De acordo com Sacks (1998), “o autismo, embora possa ser visto como uma condição patológica, também pode ser encarado como um modo de ser completo, uma forma de identidade profundamente diferente”.

Essa identidade não deve ser vista como uma doença incurável, pois o fato de ter forma de se relacionar diferentes ou até mesmo, o não se relacionar, não faz com que a pessoa seja doente, essa é apenas a sua forma de ser. Desse modo, o autismo é uma forma de ser, não se pode querer mudar totalmente a condição da pessoa com esse transtorno, porque a criança autista conseqüentemente será um adulto autista, o que se pode fazer é trabalhar as habilidades dessas crianças para que possam viver da melhor maneira possível.

De acordo, com Natalia Cuminale (2017) que nos relata sobre os avanços científicos por trás de um grande enigma, em uma reportagem na última matéria da revista veja, a mesma

nos afirma que o transtorno afeta 1 (uma) em cada 68 (sessenta e oito) crianças. Em breve surgirá uma tecnologia que ajuda na detecção precoce do transtorno do espectro autista, e estará disponível nos consultórios pediátricos (REVISTA VEJA, Nº 30, 2017).

Em vista de que, o conhecimento sobre o TEA, ainda é muito misterioso, porém avançou muito na área da prevenção, uma tecnologia conhecida como rastreamento ocular (eye-tracking) deverá estar disponível muito em breve. O equipamento será capaz de verificar a direção do olhar da criança e observar mais de perto se há risco para o desenvolvimento do autismo. A ferramenta será tão essencial quanto a balança para acompanhar o peso ou a régua para medir o crescimento infantil.

Portanto, hoje o diagnóstico do distúrbio é clínico, feito a partir de questionário e observação do comportamento do paciente, sendo que os principais sintomas são dificuldade de comunicação e interação, além de padrões restritivos e repetitivos de comportamento. De modo que os sinais surgem até os três anos de idade, sendo que podem ser detectados a partir dos 18 meses de vida.

Desta forma, diz Guilherme Polanczyk, psiquiatra da infância e adolescência da USP: “o reconhecimento da doença e a intervenção precoce podem fazer a diferença na vida de uma criança com autismo”. Porque durante os primeiros anos de vida, o cérebro é ainda um órgão de enorme plasticidade, tem a capacidade de se adaptar a novos mecanismos de funcionamento mediante os estímulos recebidos, assim as terapias têm potencial de melhorar a comunicação, estimular o relacionamento afetivo e reduzir os comportamentos repetitivos.

De acordo com Paiva Junior (2012), o autismo infantil começa a mostrar-se de forma mais clara a partir dos três anos, só então deve-se iniciar os acompanhamentos profissionais o quanto antes. O autismo ou psicose infantil, como eram chamados no início de sua descoberta, são concebidos como um fenômeno no qual as suas causas não estão bem claras. Em vista disso, para alguns pesquisadores sobre o autismo, para eles esses transtornos são causados por uma perturbação no processo de formação das estruturas mentais primitivas e dependem de boa relação para se desenvolverem. Do modo que, o autismo não surge em pessoas na fase adulta, os sintomas do autismo surgem logo nos primeiros anos de vida da criança. Segundo a definição da CID-10 (2000) o autismo infantil é:

Um transtorno global do desenvolvimento caracterizado por: a) um desenvolvimento anormal ou alterado, manifestado antes da idade de três anos, e b) apresentando uma

perturbação característica do funcionamento em cada um dos três domínios seguintes: interações sociais, comunicação, comportamento focalizado e repetitivo. Além disso, o transtorno se acompanha comumente de numerosas outras manifestações específicas, por exemplo: fobias, perturbações de sono ou da alimentação, crises de birra ou agressividade (autoagressividade).

Desse modo, o autismo infantil corresponde a um quadro complexo, na medida que, exige que abordagens multidisciplinares sejam efetivadas tendo em vista não somente a questão da educação e da socialização, mas em especial a questão médica. No entanto, para Winnicott (1967) o autismo infantil parte da teoria do amadurecimento, no qual a criança tem essa fase de amadurecer interrompida de alguma forma. Segundo sua teoria as crianças tornam-se autistas por não conseguirem adquirir uma confiança necessária que seu desenvolvimento transcorresse de acordo com os marcos do desenvolvimento infantil, nesta concepção acredita-se que a falta de afetividade por parte dos pais leve a essa conclusão, como se as crianças agissem de forma a chamar atenção dos pais.

De acordo com Kanner (1943), em seus estudos a partir da análise das crianças, afirma que crianças por serem tratadas pelos pais como máquinas, devido isso as crianças passam a viver isolados no seu próprio mundo, por conta da frieza dos pais na criação e o fato de serem muitos rígidos.

Desta maneira, podemos assim compreender que o avanço da pesquisa na área, nas últimas décadas vem sendo possível diagnosticar, cada vez mais precocemente, o autismo. Sendo que, o diagnóstico precoce é muito importante para auxiliar os pais a lidar com os filhos nessa situação. Assim as manifestações dos primeiros sinais do Transtorno do Espectro Autista e as características mais marcantes que estas crianças podem apresentar.

Na medida que, a sua grande complexidade e suas diferentes características em cada pessoa, o TEA se torna muito difícil de ser estudado e de tal forma ser entendido, e isso faz com que muitas vezes o diagnóstico seja mais demorado.

Vale ressaltar, é importante salientar que independente do grau ser (leve, moderado ou severo) a criança necessita de apoios específicos, pois geralmente o que diferencia são os sintomas que em alguns são mais discretos do que nos outros. Sendo que, também a quantidade de terapias ao longo prazo do decorrer do tratamento, destaca-se outro fator considerável é a necessidade do uso da medicação, lembrando que não existe remédio para o

autismo e sim para minimizar os seus sintomas isso varia de acordo com o grau como já pôde ser observado no decorrer do estudo.

Faz-se necessário compreender diante do que se pode ver sobre o autismo, é possível entender a grandeza desse transtorno, sendo que ele pode se manifestar de diversas formas as crianças quase não apresenta nenhuma das características típicas do TEA e ainda assim possuir o mesmo, (PAIVA, 2012). Mas vale destacar, que nem sempre todas as crianças que são autistas apresentam todas essas características. De forma que, entendemos que o TEA ainda há muito que se estudar e pesquisar, para que possamos entender melhor o que é esse Transtorno do Espectro Autista.

Assim desta forma, em 27 de dezembro de 2012, foi instituído a Política dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro de Autismo sob a Lei 12.764, sendo que assegura entre os direitos no Art. 3º, IV o acesso à educação e no Art. 7º acarreta penalidade aos gestores ou outras autoridades competentes caso seja negado o direito à matrícula às crianças com TEA. Segundo Drago (2014), a respeito da inclusão na educação infantil afirma que:

Pensar a inclusão na educação infantil é lutar duas vezes: uma pelo direito da criança pequena à educação de qualidade que veja como sujeito produtor de história, cultura e conhecimento e outro por acreditar que a criança pequena com algum tipo de comprometimento físico, mental ou sensorial tem capacidade de aprendizagem e também é sujeito social que possui, produz e reproduz cultura, conhecimento e história. (DRAGO, p. 96)

Desta maneira, compreende-se que é um dilema para a inclusão das crianças com TEA na Educação Infantil é o desconhecimento, por parte dos profissionais da educação, pelos próprios pais, que em muitas situações desconhecem o autismo e as características inerentes a esse Transtorno do Espectro Autista. O autismo tem como principal definição a dificuldade das características, do desenvolvimento, da comunicação e da interação com as outras pessoas no meio social. Sendo que, a inclusão escolar das crianças com TEA é uma realidade, um direito adquirido por lei, no entanto deve ser cumprido, pois com igualdade de oportunidades de ensino, essas crianças poderão desenvolver-se cognitivamente e socialmente, como cidadãos plenas de direitos.

3.2 As maiores dificuldades enfrentadas por crianças com autismo

A educação de uma criança autista representa de uma certa forma, um desafio para todos os profissionais da educação, desta forma, a singularidade e a insuficiência de conhecimento sobre a síndrome nos faz percorrer caminhos ainda desconhecidos e incertos sobre a melhor forma de educar essas crianças e sobre o que podemos esperar de nossas intervenções.

De acordo com Lima (2007 apud BRASIL, 2013): Para a Teoria da Mente, as pessoas com autismo teriam dificuldades importantes nas capacidades de metarrepresentação e metacognição, ou seja de forma, de imaginar e interpretar os estados mentais de terceiros, e também os próprios. Assim sendo, colocar-se “no lugar do outro” e interagir socialmente, só a partir da decodificação dos sinais verbais e não-verbais que o parceiro emite seria tarefa quase impossível para uma pessoa com autismo (p.28).

As famílias de crianças com autismo enfrentam um desafio de adaptar-se à realidade do filho e ajustar seus planos e expectativas as possibilidades e condições apresentadas pela criança. Para Schimidt e Bosa (2003 apud PAMPIM e SANCHES, 2013)

As dificuldades das crianças com algum transtorno do desenvolvimento podem ser consideradas como um estressor apenas em potencial, podendo esses pais sofrer ou não efeitos de um estresse real. O impacto das dificuldades próprias da síndrome sobre os pais vai depender de uma complexa interação entre a severidade das características próprias da criança e a personalidade dos pais, bem como a disponibilidade de recursos comunitários.

Diante do estudo feito, pudemos perceber as diversas dificuldades que a família encontra com suas crianças autistas, pude assim constatar que a maior dificuldade que elas enfrentam é o preconceito que os demais têm sobre sua condição. Na medida em que se é inserido em uma escola de ensino regular, que hoje tem uma grande abordagem da inclusão social, e que deveria ser algo de maior acesso e respaldo, ainda assim é um motivo de grande preocupação.

As dificuldades que os autistas encontram na convivência com as pessoas ditas normais são muito difíceis com suas limitações. Acontece que eles não sabem a hora exata de obedecer aos comandos que o cérebro mandar, como por exemplo a dificuldade que eles tem em encarar a claridade com o rosto levantado sem colocar a mão nos olhos.

Balançar as mãos na frente do rosto permite que a luz entre em nossos olhos de forma agradável, filtrada. Quando fazemos isso, a iluminação se torna suave e gentil, como a do luar. Já luz direta, “sem filtro”, meio que “alfineta” a vista dos autistas com suas linhas diretas e afiadas, pois vemos a luz de forma mais concreta. Isso chega a ser doloroso para os nossos olhos. (HIGASHIDA, p. 114, 2014)

Contudo, compreende-se que os autistas apresentam dificuldades comportamentais, que regulam a interação social e a comunicação, podendo assim, ter pouco ou nenhum interesse em estabelecer relações com os demais, apresentando diferentes níveis de dificuldades na reciprocidade social e emocional.

Dentre todas as dificuldades, os autistas também são vítimas do preconceito, por não serem convidados para aniversários de colegas, as discriminações são muitas, e por mais que se fale de respeito ao próximo, aceitar as diferenças, na prática isso ainda não acontece, ou acontece com pouca frequência, desta maneira fica muito difícil para a criança autista e a sua família as diversas formas de preconceito e rejeição por parte da sociedade.

Faz-se necessário compreender que, diante de todas as dificuldades que as crianças autistas enfrentam e o preconceito, no decorrer de sua jornada, fica bastante visível a total necessidade de um acompanhamento adequado para ajuda-los a enfrentar as adversidades que virão. O autismo é uma condição de vida que requer bastante atenção por parte dos demais envolvidos em seu meio de convivência, atenção esta não só por parte dos familiares, mas também pela escola e por toda a sociedade que os rodeia.

Em vista disto, muitos de nós achamos que as crianças com autismo não entendem o que está acontecendo com as demais pessoas ao seu redor, assim a partir de pesquisas sobre o autismo podemos compreender que estas crianças podem se sentir culpados por serem diferentes das outras crianças, causando uma frustração maior ainda em seu processo de aprender a conviver em meio a sociedade.

Crianças com autismo fazem sempre o que não devem, não importa quantas vezes se tenha falado que aquilo é errado. Nós entendemos o que vocês dizem, mas, de alguma forma, sempre repetimos o erro. [...] primeiro faço uma ou outra coisa que não deveria, e isso tem uma consequência. Depois, sou advertido sobre o que aprontei. E, no fim, minha compulsão em fazer tudo de novo se sobrepõe ao fato de terem me dito que aquilo era errado. E acabo repetindo tudo. (HIGASHIDA, p. 151, 2014)

Faz-se necessário, compreender que não devemos tratar as crianças com TEA como se fossem bebês, isso torna-se outra grande dificuldade, incomodam porque temos que tratarmos na medida em que eles vão crescendo de acordo com suas respectivas idades, é necessário entender que temos que tratá-los da melhor forma possível de compreensão, uma linguagem mais adequada para não os deixar inferiores.

As dificuldades são muitas a serem enfrentadas por estas crianças diagnosticadas com autismo, de forma começar dentro de casa com sua própria família, pois começa muitas vezes a rejeição pelos pais, assim passa por um longo processo de aceitação; logo em seguida vem o preconceito da sociedade pela diferença dos demais, e no decorrer de sua caminhada falta de conhecimento dos profissionais ao tentar inclui-los nas escolas e nos demais locais públicos. Aceitar o autismo e reconhecer a sua condição é o primeiro passo a ser dado por cada família que enfrenta esse desafio, buscar profissionais e tratamento de qualidade é o próximo passo a ser dado dentro dessa difícil, mas não impossível caminhada por melhoria na vida das crianças autistas.

Assim procuramos ter uma melhor compreensão, sobre a conquista dos direitos comuns das pessoas com Transtorno do Espectro Autista como cidadãos, passa necessariamente pelo reconhecimento das diferenças e especificidades oferecendo acessibilidade atitudinal e as ajudas técnicas que se fizerem necessárias. Deste modo, nenhuma pessoa com Transtorno do Espectro Autista, criança ou adulto, pode ser discriminada em função de suas dificuldades ou perturbações, nenhuma criança autista poderá ser excluída da escola por esses motivos, não pode ser interdita de frequentar a nenhum lugar público, parques, igrejas e praças.

3.3 A importância da família no processo de inclusão de crianças com autismo na escola regular

As famílias das crianças autistas são as peças fundamentais para dar início a educação inclusiva, em vista que, tem uma grande importância para promover o desenvolvimento da comunicação, da interação social e do afeto, pois é no núcleo familiar que pode juntamente com os profissionais capacitados, estimular e interagir de maneira adequada tanto em casa como na escola, para que as crianças tenham um bom desenvolvimento e bons resultados. A família assim torna-se a primeira instituição social da qual o ser humano faz parte.

Todavia, faz-se necessário compreender que é na família que cada indivíduo passa a adquirir suas características, seus pensamentos e suas diversas formas de relacionar-se com os demais. Por ser a família essa primeira instituição, ela passa a ter uma considerável importância no processo de inclusão social de crianças autistas na escola regular.

Quem convive de perto com a realidade do autismo e de ter um filho autista enxerga essa situação e a pessoa de um ponto de vista muito particular, permeando em grande parte não só pelas informações que recebeu e continua recebendo dos “especialistas”, dos meios de comunicação, dos profissionais que acompanham essas crianças em escolas, clínicas e outras instituições, mas também impregnado da forte vinculação que une crianças e suas famílias, sejam quais forem os adjetivos a qualificar essas relações. (LOPEZ, p.226, 2016)

Para as famílias ainda é muito difícil a descoberta de que seu filho tem algum tipo de deficiência, porém, a fim de construir uma família baseada nos sentimentos como o amor, a compreensão e a confiança, são fatores ideais que devem compor a dinâmica familiar para propiciar a estabilidade emocional das crianças autistas, no sentido de passar segurança de acolhimento perante a sociedade e os relacionamentos sociais adequados. Desta maneira, é necessário o envolvimento direto das famílias, para que este processo de inclusão e de mudança seja iniciado pela própria família.

Portanto, em busca de uma sociedade inclusiva, torna-se fundamental para o processo de inclusão o apoio dos familiares na construção de uma escola inclusiva, a relação dos familiares com os profissionais deve ser de cooperação e confiança, juntos na longa caminhada que irá ser no atendimento às necessidades especiais da criança autista.

Quanto maior o entrosamento entre a instituição, as família e a comunidade em que estão inseridas, maiores serão as chances de se alcançar a inclusão da pessoa portadora de deficiência na sociedade e respeito por suas necessidades. (SÓLCIA, 2004)

As famílias sentem-se muito importantes no processo de inclusão dos filhos (as) na escola regular, em especial as mães por não desistir de lutar por seus filhos e filhas autistas a deixarem de ser vistos como a parte excluída da sociedade e para que tenham as mesmas chances de vivenciar o que as outras crianças ditas “normais” vivenciam todos os dias. Todavia, a família deve trabalhar junto ao filho autista em parceria com os demais educadores, focando-se no desenvolvimento adequado da criança.

Em um dos relatos da entrevista com a professora A, a mesma afirma que:

[...]muitas das vezes as mães autodenominam como as peças fundamentais e mais importantes no processo de inclusão de seus filhos autistas, pois a mesma consegue vivenciar integralmente todas as mudanças e progressos que venham a acontecer.

Desta forma, faz-se entender que a família do indivíduo com autismo possui um papel decisivo no seu desenvolvimento, compreende-se que se trata de famílias que experimentam dores e decepções em diversas fases da vida, desde o momento da notícia da deficiência e durante o processo de desenvolvimento de seus filhos. Pode-se assim, perceber que a exclusão social tem sido apresentada como algo frequente na maior parte das famílias. Para elas a inclusão social é a parte mais difícil em todo esse processo que a criança autista e sua família enfrenta pelo simples fato da sociedade condenar a forma que as pessoas com TEA se comportam no meio social, condenam sem conhecer.

Um problema que as pessoas e famílias afetadas pelo autismo infelizmente têm de lidar é o preconceito. E a única forma de combater o preconceito é com informação. A sociedade brasileira pouco conhece sobre o autismo. E por causa do autismo não apresentar uma mudança física característica, como se pode identificar facilmente na Síndrome de Down, não é fácil para que uma pessoa que nunca teve contato com o autismo identifique como tal ou imagine essa hipótese – o que fica ainda pior se não houver informação sobre isso para a sociedade. (PAIVA, p. 49, 2012)

Assim, compreendemos que é muito importante que a família em momento algum tenha vergonha de expor a criança só porque ela tem autismo, ao contrário, a família deve agir de forma mais natural possível, sempre a realizar atividades fora de casa e envolvendo as crianças autista em locais públicos para que elas possam aprender a se comportar em meio a sociedade.

Tendo em vista que, a família é o papel fundamental nesse processo, pois com este apoio nos ajuda a melhor compreender a criança, a conseguir superar e avançar diante das dificuldades que forem apresentadas.

[...] a participação da família é de suma importância no movimento da inclusão. Seja de forma individualizada ou por meio de suas organizações, é imprescindível a sua participação para que a continuidade da luta por uma sociedade mais justa para seus filhos seja garantido. É importante sua participação pois a família irá exercer sua

cidadania e funcionara como um veículo por meio do qual seus filhos possam aprender a ser. (SANTOS, p. 78, 1999)

Diante das diversas dificuldades que as crianças vão enfrentar, esse cuidado especial que a família precisa ter com as crianças autistas é essencial para desenvolver sua autoconfiança. As crianças precisam desses cuidados para entender que jamais serão deixados de lado e que sempre serão bem cuidados pelos seus pais. É de extrema importância que a família possa sempre acompanhar a criança durante todos os momentos do seu tratamento, de forma que esta interação família gera uma segurança imensa para a criança e a ajuda na progressão. De acordo com Cunha (2014) em um de seus relatos sobre a importância do trabalho conjunto entre família e os profissionais, afirma que;

É de fundamental importância o trabalho conjunto entre família e os profissionais e também haverá sempre a necessidade que essa família esteja presente em todos os momentos. A presença dela ajudará e muito na progressão, pois muitas vezes a família é o gancho que o profissional precisa para começar e poder terminar. (CUNHA, p. 87)

Faz-se necessário compreender ainda, que a família neste processo de inclusão social será extremamente necessária para a educação inclusiva, porém ela precisará da ajuda dos profissionais capacitados para dar uma atenção especial as crianças autistas. Em vista disso, torna-se evidente a compreensão que a família têm uma importância especial durante toda a sua vida e tratamento, pois é ela que conhece cada detalhe de como o autismo se manifesta em seu filho (a) e assim pode trabalhar de forma mais específica com o autista, dando continuidade ao tratamento e as terapias em casa.

4. O ATENDIMENTO DAS CRIANÇAS AUTISTAS NA EEIEF CEL. PEDRO GUEDES ALCOFORADO EM ARACOIABA

4.1 EEIEF Cel. Pedro Guedes Alcoforado: breve histórico, e o processo de inclusão.

A Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Coronel Pedro Guedes Alcoforado em Aracoiaba é uma instituição de ensino situada à Avenida Tadeu Amaro Bezerra, Nº 47, Centro, Aracoiaba-CE, projetada e estruturada para atender a demanda de matrícula dos alunos da educação infantil aos alunos do Ensino Fundamental, além da modalidade de Educação Especial.

A devida escola, antigamente uma casa pertencente ao senhor Pedro Guedes Alcoforado que funcionou como um Posto de Saúde, morada de Juízes mas que por necessidade da comunidade foi doada para a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) recebendo a denominação de Centro Educacional Cel. Pedro Guedes Alcoforado.

Com o passar do tempo deixou de funcionar como escola particular, passou a funcionar como escola do município em janeiro de dois mil, recebendo o nome Escola Municipal Cel. Pedro Guedes Alcoforado em homenagem a um filho ilustre da cidade, antigo dono da dita casa onde tudo começou. Com o decreto nº052/2002 datado de 30 de outubro de 2002 foi criada oficialmente com a denominação supracitada.

Desta forma, a partir do ano de 2003 a escola passou a ser Unidade Executora, isto é, foi contemplada com recursos oriundos do Programa Dinheiro Direto na Escola do Governo Federal. É válido ressaltar que no ano de 2005 a escola passou a sediar o Núcleo de Educação Especial onde são atendidas crianças portadoras de necessidades educacionais especiais.

As crianças e pré-adolescentes que estudam nesta Unidade Escolar pertencem a um contingente populacional de famílias de pequenos agricultores, funcionários de fabricas de confecção, operários da construção civil, dentre outros, em sua maioria de baixo poder aquisitivo e que necessitam do apoio e incentivo do poder público para exercer com dignidade a cidadania. Atua na sede e nas localidades circunvizinhas tais como: Jenipapeiro, Oiticica, Assunção, Encosta, Bolandeira, Caninhas, Visgueiro e Arraial Santa Isabel.

Todavia, sabemos que a escola é um espaço social onde todos aprendem, sua missão como instituição social é tornar possível o acesso ao saber sistematizado. Contribuir para a melhoria das condições educacionais da população escolarizável do município de Aracoiaba,

asseguradas a universalidade e equidade na prestação dos serviços, na busca constante da práxis educativa.

Portanto, a escola tem como principal objetivo educacional desenvolver um processo de ensino-aprendizagem, capaz de favorecer o desenvolvimento das potencialidades do educando do ensino fundamental e da educação especial nos aspectos cognitivo, afetivo e social preparando-o para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania; garantir a permanência do aluno com sucesso na escola e promover a inclusão social.

Tem como meta efetivar matrículas para os anos iniciais e finais do 1º ao 5º ano do ensino fundamental e para a modalidade de educação especial; diminuir o índice de evasão; elevar o índice de aprovação.

Desta maneira, a escola atende à demanda de 500 (quinhentos) alunos do ensino regular e 38 (trinta e oito) alunos da educação especial. Conta ainda com vinte e um professores, um núcleo gestor formado por quatro pessoas mais três secretarias e uma auxiliar de secretaria, a equipe da educação especial formada por uma professora especializada, duas cuidadoras, uma fonoaudióloga, dois motoristas e duas monitoras para o transporte dos alunos com necessidades especiais.

A escola oferta aos alunos o Programa Novo Mais Educação, instituído pela portaria nº 1.144, de 10 de outubro de 2016, observa as determinações da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – com relação ao desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo. Atende ainda ao fixado pela referida Lei quanto a progressiva ampliação do período de permanência na escola.

O Programa Novo Mais Educação visa a ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, mediante a complementação da carga horária de cinco ou quinze horas semanais no turno e contra turno escolar que deverá ser implementado por meio da realização de acompanhamento pedagógico em língua portuguesa e matemática e do desenvolvimento de atividades no campo das artes, cultura, esporte e lazer. O Programa Novo Mais Educação é do governo federal, tem duração de oito meses. As atividades complementares nas escolas serão desenvolvidas pelos seguintes atores: facilitadores e mediadores. O programa oferece na escola Pedro Guedes oficinas de karatê, futsal e capoeira; com foco na aprendizagem do aluno em língua portuguesa e matemática.

O processo de inclusão na devida escola se deu da seguinte maneira, devido a política de educação inclusiva a escola aderiu a política de educação especial. Contudo a escola passou por um longo processo desde as salas especiais à até a educação inclusiva com o AEE. Sendo que, todas as crianças frequentavam a escola independente de qual fossem as suas necessidades ficavam todas juntas em uma só sala num processo de segregação. Só a partir do ano de 2015, que a escola aderiu o Decreto de nº6571/2008, que estabelece a nova função da educação especial, sendo que realiza o Atendimento Educacional Especializado –AEE.

O atendimento educacional especializado – AEE é um serviço da educação especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (SEESP/MEC, 2008).

A equipe composta pelos profissionais que compõem a equipe multidisciplinar formada por: uma fonoaudióloga, um psicólogo, um terapeuta ocupacional, uma professora de Libras que auxilia nos atendimentos na Sala de Recurso Multifuncional (SEM) e ainda os professores capacitados com o curso de formação práticas do Atendimento Educacional Especializado - AEE. São atendidas por estes profissionais todas as crianças que tenham um impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, são atendidas individualmente por estes profissionais no contra turno na Sala de Recurso Multifuncional.

A partir do interesse de reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, desta forma a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão.

A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, passei a observar o atendimento educacional especializado na Escola Cel. Pedro Guedes, de modo que, existe uma grande demanda de crianças com TEA, as mesma na faixa etária 5 (cinco) e 6 (seis) anos, a maioria do sexo masculino.

Contudo as crianças com TEA são atendidas pelo AEE de segunda à quinta-feira, de forma que cada criança tem o seu calendário de atendimento. As mesmas permanecem em um tempo determinado de cinquenta minutos, desta maneira, o atendimento pode ser individual ou em duplas, esse trabalho é totalmente pedagógico, o professor do AEE trabalha não

visando as limitações à deficiência das crianças e sim dando à elas possibilidades de avançar e progredir naquilo que for possível.

Desde de 2015, foi inserido na política de educação inclusiva do município o serviço de atendimento educacional especializa, do modo, que contamos com o funcionamento das salas multifuncionais do AEE na instituição. A mesma recebe crianças com e sem laudos médicos, no entanto a escola está com parceria com o SOPAI Hospital Infantil localizado em Fortaleza, que tem contribuído muito com o trabalho dos professores, fazendo atendimento neuropediatra o qual tem dado os diagnósticos das crianças. São atendidas 38 (trinta e oito) crianças ao todo, sendo que o maior número são autistas, todas estão com laudos médicos.

A pesquisa foi realizada através da observação do atendimento das professoras do AEE e uma entrevista semiestruturada com as professoras. Assim, diante dos inúmeros dispositivos legais que promovem os avanços dos nossos sistemas educacionais, através de garantias de ofertas de um ensino de qualidade à todas as pessoas com deficiência.

Para o atendimento educacional especializado podemos observar através da visita à escola Pedro Guedes, que as professoras sempre buscam atividades pedagógicas para os alunos deficientes, as professoras mostraram diferentes métodos para ajudar no desenvolvimento dos demais alunos.

4.2 O Atendimento Educacional Especializado – AEE

A devida pesquisa foi realizada na escola Pedro Guedes Alcoforado com o objetivo de compreender como está acontecendo o funcionamento do AEE. A mesma recebe regularmente alunos com diferentes necessidades educacionais, realizando atividades no sentido de melhorar a integração e a convivência de todos os alunos que ali frequentam.

A pesquisa foi diretamente com as professoras do AEE, de modo que, para ter acesso a essas profissionais foi realizada uma visita ao núcleo gestor da escola onde pedimos autorização para observar o trabalho das professoras na sala multifuncional e apresentamos o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Os instrumentos utilizados nesta pesquisa foram a entrevista semiestruturada, e a observação do atendimento dos alunos com deficiência.

Diante da necessidade de uma educação inclusiva, o município de Aracoiaba através da Secretaria de Educação apresenta o Projeto de Educação Inclusiva do Município em fevereiro de 2015, como um paradigma no contexto da educação especial, objetivando atender os alunos com deficiências em classes comuns do ensino regular em qualquer etapa ou modalidade da educação básica.

Na busca pela construção de uma escola inclusiva, o município vem implementando políticas públicas com o objetivo de eliminar barreiras que se opõem ao direito de todos os alunos de frequentarem uma escola comum. Para isso acontecer, a secretaria de educação vem desenvolvendo ações que possibilitam a acessibilidade física aos prédios escolares, nucleação das escolas, a aquisição de equipamentos e a implementação de um programa de formação docente focado na diversidade humana.

Frente ao desafio de existir atualmente um grande número de alunos com deficiência matriculados na escola Pedro Guedes, se faz necessário equipar a escola para receber essa clientela e ofertar no contra turno o AEE em salas de recursos multifuncionais com duas professoras com formação especial em práticas do AEE, duas cuidadoras para dar suporte na sala regular e uma professora de libras, complementado com a equipe multidisciplinar para atender às especificidades de cada um.

O Atendimento Educacional Especializado – AEE vem fechar uma lacuna criada para o ingresso de crianças com necessidades educacionais especiais ao ensino regular, como uma tentativa de garantir o acesso destas crianças as mesmas oportunidades oferecidas às crianças sem deficiência. Portanto, para que isso ocorra, o professor deve iniciar ao processo educativo o apoio necessário para promover o aprendizado e o convívio destas crianças de acordo com os parâmetros legais.

Através da entrevista e da observação, podemos perceber que existe uma demanda muito grande de alunos com necessidades especiais na escola Pedro Guedes, existem 38 (trinta e oito) crianças matriculadas, sendo que, o maior número são de crianças autista, e os demais com DI – Deficiência Intelectual, Síndrome de Down, Paralisia, Encefalopatia, Hidrocefalia e Deficiência Múltipla.

Assim, perguntamos as professoras do AEE, como funciona o atendimento educacional especializado com os alunos com necessidades especiais, a professora A responde da seguinte forma que “antes de tudo é feito um estudo sobre a vida da criança,

realiza uma entrevista com a família para obter informações desde a gravidez, Pra quê?” Diz a professora A, a mesma responde:

Porque buscamos trabalhar com as habilidades dessas crianças, de uma certa forma esquecendo a deficiência da criança, para cada deficiência tem um plano de acordo com as dificuldades de cada aluno, o trabalho do AEE é também em adaptar material para atender da melhor forma possível esses alunos, afirmam que o trabalho delas no AEE é também fazer com que essas crianças amenizem as dificuldades dentro da sala de aula regular.

A professora B, em um de seus relatos afirma que o público da escola é muito grande, relatou ainda como é o seu atendimento com as crianças autistas no dia a dia, a forma em que ela busca trabalhar: com jogos variados, como boliche, damas, jogos para alfabetizar, jogos de acoplagem, desta maneira:

Adaptamos material para atender às necessidades dos mesmos. Intensificamos as atividades lúdicas e prazerosas, as mesmas proporcionam o raciocínio lógico, a coordenação motora, atenção, percepção e principalmente a socialização. Focamos nos estímulos, trabalhamos com o objetivo de melhorar também as atividades diárias. Buscando adaptar instrumentos de apoio à rotina de nossas crianças.

O AEE configura-se como complemento à escolarização e não em escolarização plena, ou seja o professor será responsável por identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. O AEE deve ser articulado com a proposta da escola regular, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino comum.

Logo no início da entrevista, pode-se perceber que as professoras do AEE demonstram ter bastante conhecimento das ações apresentadas no decreto 6571/08. As professoras relatam o dia a dia do atendimento na sala multifuncional com os demais profissionais, os avanços e as dificuldades dos alunos com deficiência. Logo no início, quando foi inserido do projeto de educação inclusiva na escola Pedro Guedes em 2015, a equipe multidisciplinar começou a funcionar com todos estes profissionais atendendo a todas as crianças com alguma dificuldade, é destinado para cada criança um tempo determinado de 50 (cinquenta) minutos para cada um, cada aluno é atendido duas vezes na semana por cada profissional. Porém, este ano a equipe não está completa devido a um problema de gestão, o AEE está funcionando

apenas com uma fonoaudióloga e o atendimento com as professoras capacitadas do AEE e a professora de libras.

As professoras do AEE relataram que as maiores dificuldades encontradas no início foram o receio das famílias em não aceitar que seus filhos frequentassem a sala de aula regular por excesso de cuidado e o medo de incluí-las com demais alunos ditos normais, a professora A afirma que no “no início tiveram um longo processo de mobilização com os pais das crianças com deficiência e com os professores das salas regulares, explicaram a importância da educação inclusiva para a vida social de cada um”, assim quando perguntamos se as crianças que são atendidas pelo AEE estão tendo algum retorno, logo a professora B nos responde que sim:

Os avanços são muitos, tanto os pais como os cuidadores das sala regular conseguem identificar os avanços e o comportamento dos alunos que estão sendo atendidos pelo AEE, isso para nós é muito gratificante em saber que o nosso trabalho está tendo um retorno.

Através do relato das professoras, compreende-se que o AEE vem possibilitar atividade exploratória e de autonomia no espaço escolar, apontando o que é necessário desenvolver a partir das necessidades especiais dos alunos, identificando suas possibilidades e colocando a diferença de uma criança com o potencial para diferenciar e criar estratégias. Desta forma, elas deixam bem claro que o AEE realmente está proporcionando um avanço considerável em relação ao aprendizado desses alunos com deficiência, a professora A relata que “quando comecei a atender um autista, pela primeira vez, ele entrou na sala nem me olhou, hoje o mesmo já está até pronunciando algumas palavras, conhece todos os números já coloca em ordem, é muito satisfatório os avanços que temos.”

De acordo com a professora B, o AEE atende a uma grande demanda de alunos com deficiência na escola Pedro Guedes, sendo que, estas clientelas não são apenas os alunos matriculados na devida escola, e sim uma parte desse público vem de outras escolas do município.

Deste modo, diante do que foi colhido na pesquisa podemos perceber a necessidade da educação inclusiva na devida escola, apesar de que o AEE ainda não está funcionando como deveria com a equipe completa, mas ficou bem claro que as professoras do AEE estão aptas a trabalhar com este público, elas passaram bastante segurança e conhecimento no assunto.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho monográfico teve como tema central verificar o processo de inclusão de crianças autista na escola através do AEE e os desafios enfrentados pela equipe da escola, as dificuldades de lidar com o novo, por se tratar de uma síndrome muito complexa, que ainda está sendo estudada. A partir da pesquisa de campo realizada na escola Cel. Pedro Guedes Alcoforado, com as professoras do AEE foi possível compreender o presente trabalho.

Conforme a entrevista, identificamos as diversas dificuldades de inclusão dos autistas na escola, por parte dos profissionais da educação em relação ao pouco conhecimento sobre esta síndrome. As professoras entrevistadas, através dos relatos que as maiores dificuldades são a falta de conhecimento e aceitação por parte dos pais dessas crianças autistas. Contudo, percebe-se ainda que por causa da insuficiência de conhecimento, percorrem-se caminhos ainda desconhecidos e incertos sobre a melhor forma de educar essas crianças com TEA.

Por meio da observação e da escuta podemos perceber, que o município de Aracoiaba vem em busca pela construção de uma escola inclusiva, implementando políticas públicas com objetivos de eliminar barreiras que se opõem ao direito de todos os alunos de frequentar uma escola comum. Para isso, vem desenvolvendo ações que possibilitam a acessibilidade física aos prédios escolares, nucleação das escolas e a aquisição de equipamentos.

Assim, os principais obstáculos enfrentados por esses profissionais na garantia de direitos especialmente das crianças autistas foram limitações, por falta de conhecimento e o preconceito das famílias; dificuldade de aprendizado, a questão econômica das famílias dessas crianças, pois conforme relatos das professoras entrevistadas, as famílias necessitam de ajuda de custo, e dificuldades enfrentadas devido ao próprio espaço físico, tendo em vista que a escola disponibiliza para o AEE apenas duas salas, sendo que existe uma grande demanda.

Com este trabalho pode-se esclarecer a construção que ocorre na escola Pedro Guedes de inserir um processo de inclusão com sala de recurso, pois se estima que ainda necessita-se melhorar muito. A escola observada é uma realidade que está acontecendo, há pouco mais de 2 (dois) anos, e que se tornou referência sendo solicitada pela comunidade, mostrando que a identidade de inclusão é um processo muito trabalhoso e delicado, mas que é possível sim buscar referir o direito a educação inclusiva.

Nota-se, que a comunidade vê a questão da educação inclusiva no município com muito preconceito, ainda existe muita desinformação tanto por parte dos pais como por parte

da comunidade em geral, em relação à garantia de direitos das crianças com necessidades especiais.

Vale ressaltar, que é importante destacar que a inclusão é um caminho possível, que é possível sim elaborar recursos e avaliações quando necessário. Sendo assim, só depende de nós mesmos adquirir conhecimento e abraçar a causa e assim desenvolver maior atenção às demandas vividas na escola e poder pensar nas estratégias de trabalho.

Conclui-se que ainda existem barreiras a serem vencidas em relação à inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais. Mas, antes de tudo as famílias precisam ser mais confiantes e não deixarem esmorecer diante das dificuldades que as crianças vão enfrentar pelo longo caminho que elas irão percorrer. As dificuldades serão muitas, os desafios também, mas, as crianças precisam do apoio principalmente dos pais para entender que já mais serão deixados de lado e que sempre irão ser bem cuidados por eles.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Mariana Pinheiro Pessoa Andrade. **O significado do Benefício de Prestação Continuada da Política de Assistência Social na vida das pessoas com deficiência**, UECE-Fortaleza –CE 2012. Disponível em: http://www.uece.br/politicassuece/dmdocuments/mariana_pinheiro.pdf acessado em 30- 09-15 às 22h30min
- ALONSO. Daniela. **Os desafios da Educação inclusiva: foco nas redes de apoio**. Revista Nova Escola, 2016.
- BRASIL, Ministério da Educação. Lei 9.394, de 23 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº2, de 11 de setembro de 2001. **Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001**.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Resolução CNE/CEB nº 4, de outubro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.
- BRASIL. Constituição da República do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988
- BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.
- BUSCAGLIA, L. **Os deficientes e seus pais: um desafio ao aconselhamento**. Ed. Record, Rio de Janeiro, 1993.
- BATISTA, Sergio Murilo. Rodrigo Marcellino de França. **Família de Pessoas com Deficiência: desafios e superação**, 2007. Disponível em: eduardobarbosa.com acessado em 22-09-15 às 23h16min
- CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre, 2005.
- FRANÇA, Inácia Sátiro Xavier, Lorita. Marlena Freitag Pagliuca. **Inclusão de Pessoas com Deficiência: conquistas, desafios e implicações para a enfermagem**, 2009. Disponível em: www.scielo.br acessado em 22-09-15 às 23h21min

- JANUZZI, Gilberto de Martino. **A educação de deficientes no Brasil: dos primórdios ao século XXI**. Campinas, SP: Cortez, 2004.
- LUDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.
- LAKATUS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação dos dados**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1985.
- MAZZOTTA, M. J.S. **Educação Especial no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1996.
- MENDES. G.M: **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**; Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006
- MENDES, Rodrigo Hubner. **O pleonasma da Educação Inclusiva**, 2012.
- MINAYO, Maria Cecília de S. **O Desafio do Conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. 2ª ed. SP: HUCITEC/RJ: ABRASCO, 1993
- MINAYO, M. C. S (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MONTOAN, Maria Teresa Egler. Batista, Cristina Abranches Mota. **Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Mental**. GOMES, Adriana L. Limaverde. Atendimento Educacional Especializado. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.
- PADUA, Elisângela Sousa Pimenta de. **Famílias e deficiência: Reflexões sobre o papel do Psicólogo no apoio aos familiares de pessoas com deficiência**, Londrina- 2013. Disponível em www.uel.br acessado em 28-09-15 às 21hs
- SILVA, Otto Marques da. **Em sua apresentação à obra Epopeia Ignorada**, Cotia: Editora FASTER, 2009.
- SÓLCIA, I. V. **Âmbito familiar: a reação da família frente a notícia da deficiência dos filhos**. Monografia apresentada na Universidade Estadual do Norte do Paraná, 2004.
- SASSAKI, R. K. **INCLUSÃO: o paradigma do século 21**. Inclusão- Revista da Educação Especial. Nº1, vol.1, Brasília, 2005.

SANCHEZ, P. A. **A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI.** Revista Inclusão. Brasília, v. 1, out./2005, p. 718.

TEIXEIRA, Maria Codo Andrade. **Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência no Brasil.** Fundação Getúlio Vargas. Escola de Administração de Empresas, São Paulo, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VOIVODIC, Maria Antonieta. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down.** 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

XAVIER. A. V. O. **A Inclusão da Pessoa com Deficiência na Escola Regular.** Artigo, disponível em: <http://www.arcos.org.br/artigos/a-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia-na-escola-regular/> ACESSADO EM 17/05/2017

LINKS DISPONÍVEIS:

ACESSADO EM 22/05/2017

<https://pedagogiaaopedaletra.com/monografia-a-inclusao-do-portador-de-deficiencia/>

http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4677/1/MD_EDUMTE_I_2012_02.pdf

ACESSADO EM 17/05/2017

<http://www.arcos.org.br/artigos/a-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia-na-escola-regular/>

<http://www.andi.org.br/legislacao/decreto-presidencial-no-6571atendimento-educacional-especializado>

ACESSADO EM 28/05/2017

<http://www.uece.br/ppge/dmdocuments/RENATA%20DISSERT%20FINAL%20FINAL%202012.pdf>

<https://inclusaoja.com.br/2013/08/09/mais-diferencas-em-defesa-da-politica-de-educacao-inclusiva-do-brasil/>

ANEXOS

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Declaro, por meio deste Termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada: _____ desenvolvida por _____ . Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por _____, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (85) _____. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) do objetivo geral, estritamente acadêmico, do estudo que, em linhas gerais, é _____. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa e que minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (sua) orientador (a). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Fortaleza, ____ de _____ de 201__.

Assinatura do (a) participante:

Assinatura do (a) pesquisador (a):

Assinatura da testemunha:

ANEXO B – MODELO DE OFÍCIO PARA ENTRADA EM CAMPO

À Coordenação do Serviço Social da ILP Lar Torres de Melo

Nesta

Ilmo (a) Sr.,

Vimos por meio deste, solicitar uma autorização para que o (a) estudante do Curso de Serviço Social, _____, portadora de RG Nº _____, desenvolva uma Pesquisa de Campo para a coleta de dados de seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) cujo título provisório é: _____.

A referida pesquisa tem como objetivo principal:

Segue, para maior apreciação, uma cópia do projeto.

Fortaleza, ____ de _____ de 201__.

Cordialmente,